Ano 14 | **Número 142** | Maio de 2017

Empresa Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Reforma trabalhista regulamenta trabalho intermitente

Modalidade de contratação tem um potencial de geração de mais de 5 milhões de empregos, segundo a Unecs

EDIÇÃO 2017 DO PRÊMIO QUER DAR VISIBILIDADE ÀS MELHORES APLICAÇÕES DO EMPREENDER NO BRASIL

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

DIRETORIA DA CACB
TRIÊNIO 2016/2018

PRESIDENTE
George Teixeira Pinheiro (AC)

1º VICE-PRESIDENTE
Jésus Mendes Costa (RJ)

VICE-PRESIDENTES
Alencar Burti (SP)
Emílio César Ribeiro Parolini (MG)
Ernesto João Reck (SC)
Francisco de Assis Silva (DF)
Guido Bresolin (PR)
Itamar Manso Maciel Júnior (RN)
Jussara Pereira Barbosa (PE)
Kennedy Davidson Pinaud Calheiros (AL)
Olavo Rogério Bastos das Neves (PA)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS
Rainer Zielasko (PR)

DIRETOR–SECRETÁRIO
Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR FINANCEIRO
Jonas Alves de Souza (MT)

CONSELHO FISCAL TITULAR
Amarildo Selva Lovato (ES)
Valdemar Pinheiro (AM)
Wladimir Alves Torres (SE)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Domingos Sousa Silva Júnior (MA)
Ubiratan Silva Lopes (GO)
Pedro José (TO)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA
Neiva Suzete Dreger Kieling (SC)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO
Fernando Fagundes Milagre

SUPERINTENDENTE DA CACB
Juliana Kämpf

GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDER
Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR DA CBMAE
Eduardo Vieira

COORDENADOR DO PROGERECS
Luiz Antônio Bortolin

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
fróes, berlato associadas

COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: Rubenir Nogueira Guerra
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA
Presidente: Nonato Altair Marques Pereira
Rua Eliéser Levy, 1122 Bairro Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-083

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Av. Senador Álvaro Maia, 2166 Sala 01 – Praça 14 de Janeiro
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.020-210

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9° andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC
Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Francisco de Assis Silva
Quadra 01, Área Especial 03, Lote 01, Núcleo Bandeirante, Setor de Indústria Bernardo Sayão
Cidade: Núcleo Bandeirante/DF CEP: 71735-167

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955. Ed. Global Tower, sala 713, 7° andar - Bairro: Enseada do Suá - Cidade: Vitória - CEP: 29.050-335

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco - São Luís
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Alfredo Zamlutti Júnior
Rua Piratininga, 399 – Jardim dos Estados
Cidade: Campo Grande CEP: 79021-210

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini
Av. Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-003

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará – FACIAPA
Presidente: Fábio Lúcio de Souza Costa
Avenida Presidente Vargas, 158 - 2º andar, bloco 203
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP
Presidente: Marco Tadeu Barbosa
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jaime Espósito de Lima Filho
Rua do Bom Jesus, 215 – 1º andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP
Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua Visconde de Inhaúma, 134 - Grupo 505 - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.091-007

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Simone Leite
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanato
Rua Senador Álvaro Maia, nº 2697, Bairro: Liberdade
Cidade: Porto Velho CEP: 76.803-892

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Presidente: Ernesto João Reck
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP
Presidente: Alencar Burti
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASE
Presidente: Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio
Rua José do Prado Franco, 557 - Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Fabiano Roberto Matos do Vale Filho
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

O Brasil, enfim, entra na modernidade

Apesar de uma minoria atrasada e barulhenta, o Brasil, enfim, está entrando na modernidade. Graças à tenacidade do presidente Michel Temer, estamos deixando para trás o Estado patrimonialista e ingressando no Estado moderno, em que deve prevalecer a meritocracia sustentada no liberalismo econômico.

É certo que ainda falta percorrer um longo caminho até o Brasil alcançar o patamar desejado por todos nós. Entretanto, as perspectivas são auspiciosas, haja vista a aprovação pela Câmara dos Deputados da reforma trabalhista, que, além de propiciar um novo ambiente para a atividade produtiva, sepulta o famigerado imposto sindical.

Junto com a reforma, foi aprovado o dispositivo que permite a adoção de contratos de trabalho intermitente (matéria de capa desta edição de Empresa Brasil) que, segundo a Unecs (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços), organização da qual faz parte a CACB, deverá propiciar a criação de mais de 5 milhões de empregos. Mas vem mais por aí.

Na sequência, talvez ainda neste primeiro semestre, vamos ter a reforma da Previdência que deverá, pelo menos por enquanto, afastar o risco de um colapso na dívida pública. Hoje, o governo brasileiro dedica 55% do orçamento público federal ao pagamento de aposentadorias e pensões (tendo o Brasil menos de 10% de sua população de idosos); 8,5% do Orçamento à educação (tendo 30% da população com menos de 15 anos); 9,5% à saúde; e 0,7% à ciência e tecnologia (excluindo as despesas com pessoal). Isso significa, nota o economista José Márcio Camargo, que o Brasil decidiu investir em seu passado, abandonando o seu futuro.

Por isso, o governo precisa ficar atento para não desfigurar o seu projeto, diante da barulheira provocada pelas organizações sindicais do funcionalismo público, que são as maiores beneficiadas do regime vigente, sindicatos de trabalhadores rurais, políticos e organizações de magistrados, entre outros grupos. Nesse momento, é preciso firmeza no seu objetivo principal, que é garantir a aposentadoria para as futuras gerações.

Outra notícia animadora é o andamento da reforma tributária, cujo relator da matéria, deputado federal Luiz Carlos Hauly, concedeu entrevista exclusiva à Empresa Brasil, também para esta edição. Como diz o parlamentar, quem vai ganhar com a reforma tributária será o Brasil.

George Teixeira Pinheiro, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

ÍNDICE

Foto: Divulgação

Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

Foto: Arquivo CACB

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação
Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br
Projeto gráfico: Vinícius Kraskin
Diagramação: Kraskin Comunicação
Foto da capa: Photomorphic/Divulgação
Revisão: Press Revisão
Colaboradores: Katiuscia Sotomayor, Joana Albuquerque e Tagli Padilha.
Execução: Editora Matita Perê Ltda.
Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

3 PALAVRA DO PRESIDENTE
Apesar de uma minoria atrasada e barulhenta, o Brasil, enfim, está entrando na modernidade.

5 PELO BRASIL
RS coloca Junta Digital em prática.

8 MATÉRIA DE CAPA
Regulamentação de contratação de trabalho intermitente insere Brasil em linha com os países desenvolvidos.

12 FEDERAÇÕES
Entrevista com Alencar Burti: "A economia de mercado é o que melhor promove aumento do bem-estar material da população"

14 CBMAE
Transparência deve ser palavra de ordem nas gestões.

16 LEGISLAÇÃO
Lei não define com clareza a terceirização da atividade-fim. Aguardada pelo setor produtivo há mais de 30 anos, a terceirização sancionada pelo presidente da República deixou vários pontos passíveis de interpretações subjetivas.

18 ENTREVISTA
Relator na Comissão Especial da Câmara para a reforma tributária, o deputado federal Luiz Carlos Hauly, em entrevista à Empresa Brasil, adianta os principais pontos de sua proposta.

22 TRIBUTOS
Carga tributária mantém-se em crescimento desde os anos 1990.

24 EMPREENDER
Prêmio Empreender reconhece boas práticas em cinco estados.

28 INTERNACIONAL
Grupo francês oferece apoio de especialistas voluntários a microempresários.

30 LIVRO
A marca da vitória. Autobiografia do fundador da Nike.

31 ARTIGO
Cinco erros comuns na gestão de TI. Por Marco Américo.

RS coloca Junta Digital em prática

Foto: Daniela Barcellos/Palácio Piratini

Governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, participou do lançamento da Junta Digital

Abrir, alterar ou até mesmo extinguir uma empresa agora é mais simples no Rio Grande do Sul. Foi lançada em 19 de abril, no Palácio Piratini, a Junta Digital, serviço de registro empresarial inteiramente pela internet, que garante mais rapidez, comodidade e segurança aos empreendedores.

O presidente da JucisRS (Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul), Paulo Roberto Kopschina, destacou o empenho do governo, do Sebrae e das prefeituras municipais para a implementação da Redesimples (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios).

Até o momento, 80 municípios gaúchos estão integrados à Redesimples, e a meta é atingir 100 cidades até o final do ano, com abrangência de 87% das micro e pequenas empresas.

O modelo foi adotado pioneiramente pela Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg). "Ser o segundo estado a colocar a Junta Digital em prática é motivo de orgulho para todos nós", destacou o diretor-superintendente do Sebrae/RS, Derly Fialho. Dos R$ 7 milhões investidos, R$ 5 milhões foram aportados pelo Sebrae.

BH sedia encontro pela solução pacífica de conflitos empresariais

Com o objetivo de estimular a mudança da cultura do litígio no país e provocar um ambiente favorável à adesão e incorporação do tema nas políticas institucionais empresariais, Belo Horizonte irá sediar, em 18 de maio, o Encontro pela Solução Pacífica de Conflitos Empresariais e adesão ao Pacto pela Não Judicialização dos Conflitos. O evento tem como realizadores a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB/MG), a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), por meio da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE), e a Federaminas, em parceria com o Sebrae.

A adesão ao pacto implica o simples compromisso de se adotar, interna e externamente, práticas firmadas com os métodos alternativos de solução de conflitos, explicam os realizadores do encontro.

Facisc apoia projetos sustentáveis nos municípios catarinenses

Em 25 de abril, foi formalizada a integração entre o Badesc – Agência de Fomento de Santa Catarina, e agência à Rede Colaborativa desenvolvida pela Facisc no programa internacional AL-Invest, incentivado pela União Europeia.

O programa apoia ações promovidas pela Federação nos projetos de desenvolvimento econômico sustentável nos municípios catarinenses. Estiveram presentes na solenidade o presidente em exercício da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), André Armin Odebrecht, e o diretor de Operações do Badesc – Agência de Fomento de Santa Catarina, João Carlos Grando.

Foto: Divulgação Facisc

André Armin Odebrecht, da Facisc, e João Carlos Grando, do Badesc

Também participaram da reunião o coordenador de Projetos da Facisc, Osmar Viventin, a consultora regional da Facisc, Carina Casanova, e o gerente de Operações Especiais do Badesc, Rodrigo Morijuti.

A Facisc reúne mais de 34 mil empresas, por intermédio de suas 146 Associações Empresariais, constituindo o maior sistema empresarial voluntário do Estado pela sua capilaridade de atuação e pela diversidade de setores que representa através do associativismo.

Faciap defende melhorias na malha ferroviária do Paraná

O foco principal é aprimorar o chamado Corredor Oeste de Exportações do Paraná, ampliando a capacidade de transporte de cargas por trilhos da região de Cascavel para o Porto de Paranaguá.

O governo anunciou que pretende abrir Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) para que empresas privadas realizem estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a construção de novas ferrovias em dois trechos: de Guarapuava a Paranaguá e de Dourados (MS) a Guarapuava. O segundo trecho, apesar de ultrapassar as divisas do Paraná, faz parte da concessão da Ferroeste, empresa de economia mista que tem o Governo do Estado como principal acionista. Atualmente, no entanto, os trilhos da Ferroeste vão apenas de Cascavel a Guarapuava.

Foto: Fiep

Representantes do governo do estado do Paraná e do setor produtivo se reuniram no Palácio Iguaçu

Anuncie na revista digital

Empresa Brasil

Você se comunicará com 27 federações empresariais
e 2.300 associações comerciais de todo o país.

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Empresa Brasil é o órgão institucional da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), uma instituição com mais de 200 anos de história.

Entre em contato com nossa equipe e anuncie.
Telefone: (61) 3321-1311

Foto: Divulgação

Setor de bares e restaurantes será um dos mais favorecidos

Regulamentação do trabalho intermitente insere Brasil **em linha com a modernidade**

Introduzida na reforma trabalhista, a modalidade vai ao encontro da transição das economias centradas no setor de serviços

Uma modalidade geralmente praticada por donos de bares, restaurantes, eventos e casas noturnas, o contrato de trabalho intermitente, está muito perto de ser introduzida no país graças ao Projeto de Lei da reforma trabalhista (PL 6.787/16), o qual permite a contratação de funcionários sem horário fixo.

Hoje, segundo o presidente executivo da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Paulo Solmucci, o Brasil inclui-se entre as exceções mundiais ao não adotar o sistema, pelo qual o trabalhador pode prestar seus serviços em determinadas horas do dia, de forma descontínua.

O que prevalece nos continentes da Europa, das Américas e da Oceania é a combinação de contratos em jornadas fixas, por turnos, e de horários flexíveis, de acordo com o interesse da empresa e do trabalhador. Nos Estados Unidos, 20 milhões de cidadãos trabalham menos de 35 horas por semana, por conveniências pessoais, relata Solmucci.

CONFLITOS JURÍDICOS

Atualmente, conforme o empresário, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) prevê apenas a contratação parcial, com duração de jornada que não exceda a 25 horas semanais, o que gera conflitos jurídicos e pesadas multas a uma expressiva parcela do setor de serviços, destacadamente nos eventos públicos em geral, os shows e festivais de música, as festas de casamento ou de formatura. "No último Rock in Rio, foram registradas multas no valor superior a R$ 20 milhões, e mesmo a Copa do Mundo de 2014 transcorreu na ilegalidade, em termos do uso de mão de obra", observa.

Lembra o presidente da Abrasel, que faz parte da Unecs (União Nacional das Entidades de Comércio e Serviços), a jornada fixa faz com que um restaurante que, por exemplo, tenha vinte garçons contratados, se defronte com uma ociosidade nos primeiros dias da semana e uma falta de pessoal para atendimento para sexta-feira, sábado e domingo. "No sistema do trabalho intermitente, seria reforçada a contratação de empregados para o fim de semana, a partir da tarde de sexta-feira, e menos para as segundas, terças e quartas."

Sobre as críticas dos sindicalistas, Solmucci lembra que o contrato de trabalho intermitente contempla indistintamente todos os direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, FGTS, cobertura previdenciária.

"A expectativa é muito boa para contratações de colaboradores, mas para aferição dos resultados, não temos data precisa. Vai depender das empresas que farão a opção pela contratação pelo regime de trabalho intermitente", diz Nabil Sahyoun, presidente da Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping).

"Além do potencial de criação de empregos, a nova lei vai permitir ao funcionário maior liberdade de atuação, já que

Foto: Antônio Rodrigues/Divulgação

Paulo Solmucci: "O contrato de trabalho intermitente contempla indistintamente todos os direitos trabalhistas"

Nabil Sahyoun: "Aferição de empregos vai depender das empresas que farão a opção pela contratação pelo regime"

Emerson Destro: "Brasil dará um passo gigantesco rumo à modernização das leis trabalhistas"

Unecs (União das Entidades de Comércio e Serviços) sustenta que, em cinco anos, somente essa matéria poderia assegurar a criação de 5 milhões de empregos, sendo 2 milhões apenas no setor de bares e restaurantes

este poderá escolher sua disponibilidade de trabalho, e para o empregador, será menos burocrática a contratação. Não precisará recorrer à Justiça para suprir a necessidade de mão de obra do seu estabelecimento. Todos ganharão", completa João Sanzovo Neto, presidente da Abras (Associação Brasileira de Supermercados). "Entre outros aspectos, a ampliação do período de contratação de três para nove meses é bastante positiva. Com o conjunto de medidas em tramitação no Congresso Nacional, o Brasil dará um passo gigantesco rumo à modernização das leis trabalhistas para empregados terceirizados e temporários", prevê Emerson Destro, presidente da ABAD (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores).

DEZENAS DE OCUPAÇÕES

O trabalhador pode, por meio do contrato intermitente, ajustar os horários de trabalho de acordo com as suas conveniências. Há o semiaposentado, que prefere trabalhar em meio-período, como complemento de renda e, também, para se manter em uma atividade regular. Há o estudante do ensino médio e superior que opta por trabalhar fora para obter uma renda e, ainda, como forma de se exercitar no ambiente do seu futuro ofício. Há o designer ou o advogado que combina os trabalhos pessoais, em casa, no home office, com o emprego fixo, de tempo parcial, em uma agência de publicidade ou em um escritório.

Além disso, existem dezenas de outras ocupações que podem render um dinheiro extra ao trabalhador, lembra Solmucci. Nos shows, por exemplo, há trabalhadores contratados para horários específicos, relativos às diferentes fases: montagem de palco e dos equipamentos diversos, segurança, estacionamento, bilheteria, serviços de bebidas e alimentação. Os bufês igualmente contratam trabalhadores temporários, em horários ajustados à realização de seus respectivos eventos. "É inimaginável que uma empresa de eventos ou um bufê mantenha uma equipe fixa, de garçons, manobristas, vigilantes, faxineiros ou recepcionistas, esperando, de forma ociosa, o dia e o horário de entrar em cena", afirma. "Se todo esse pessoal não é fixo, então trabalha de forma ilegal, de acordo com a legislação brasileira."

Um novo paradigma no mundo do trabalho

O trabalho *part time*, na Alemanha e na Europa, está passando por mudanças estruturais. Antes consideradas um "quebra-galho", as atividades em tempo parcial podem vir a expressar um novo paradigma no mundo do trabalho, segundo um estudo publicado pelo Instituto Alemão de Pesquisas Econômicas (DIW, na sigla em alemão).

Os pesquisadores alemães notaram que, embora a presença feminina seja dominante nas funções *part time*, o crescimento mais acelerado do grupo masculino nessa forma de trabalho está reduzindo rapidamente a diferença. Observa-se também uma concentração de trabalho em tempo parcial na população mais velha, um dado que pode ser considerado estrutural, na medida em que a população, especialmente na Europa, envelhece.

Ainda que trabalhadores com baixa qualificação continuem sendo a maioria, é também crescente o número de pessoas com média e até alta qualificação entre os que trabalham em tempo parcial. Na União Europeia, 24% dos trabalhadores *part time* detêm alta qualificação – um incremento de seis pontos percentuais em dez anos.

Pelo menos na Alemanha e, provavelmente, no resto da Europa, há, nos dias de hoje, mais gente trabalhando em períodos cada vez mais curtos

Pelo menos na Alemanha e, provavelmente, no resto da Europa, há, nos dias de hoje, mais gente trabalhando em períodos cada vez mais curtos. Mas, como esses possíveis novos paradigmas estão ganhando forma em meio a uma crise profunda, as conclusões ainda não estão francamente disponíveis.

Detalhes do estudo do DIW e dados de outras pesquisas ajudam a demarcar diferenças entre as modalidades englobadas no trabalho em tempo parcial. A categoria reúne desde trabalhadores por conta própria e gente que auxilia nos negócios familiares a mulheres que escolhem o trabalho *part time* por questões familiares – em geral, cuidar de crianças ou de idosos. Na Europa como um todo, porém, um terço dos homens trabalha em tempo parcial por falta de oportunidades no mercado *full time*.

Na conclusão do levantamento, o DIW diz que a transição para economias centradas no setor de serviços é um fenômeno que sustenta a ascensão do trabalho em tempo parcial.

(Com informações de O Estado de S. Paulo*)*

"A economia de mercado é o que melhor promove aumento do **bem-estar material da população"**

Pela sexta vez à frente da ACSP e Facesp, o empresário Alencar Burti, aos 86 anos, é um dos maiores exemplos da capacidade empreendedora do brasileiro

Reeleito para a presidência da ACSP (Associação Comercial de São Paulo) e da Facesp (Federação das Associações Comerciais de São Paulo) para o biênio março de 2017 a março de 2019, Alencar Burti assumirá o cargo pela sexta vez. Ele presidiu a ACSP e a Facesp entre 1999 e 2003 e 2007 e 2011.

Entre as ações implantadas pela ACSP, estão os produtos e serviços desenvolvidos para apoiar a rotina operacional das pequenas e médias empresas e para proporcionar ganhos de custo e de tempo ao empreendedor. Aos 86 anos, sua prioridade continua sendo a defesa da livre iniciativa, a luta contra o aumento de tributação e o combate à burocracia excessiva que atravanca os negócios. A seguir, acompanhe os principais trechos de sua entrevista à Empresa Brasil.

Burti: "Viver é aprender – e a cada dia aprendemos novas lições"

Quais serão as principais diretrizes de sua nova gestão?

Essa gestão é de continuidade ao que foi feito nos últimos dois anos, isto é, vamos concluir a reestruturação administrativa, desenvolver novos serviços e expandir o quadro associativo. A prioridade, contudo, continua sendo a defesa da livre iniciativa, a luta contra o aumento de tributação e o combate à burocracia excessiva que atravanca os negócios. Ao mesmo tempo, vamos buscar estreitar os laços com as demais ACs do Estado de São Paulo – por meio da Facesp – também de todo o Brasil, em conjunto com a CACB.

Qual é a sua maior prioridade?

A prioridade é fortalecer o empreendedorismo, é ajudar o micro e o pequeno empresário no que for preciso, a partir, por exemplo, da criação de um ambiente

favorável para as atividades. Isso exige a luta permanente pela simplificação burocrática e pela menor intervenção do Estado na economia. No momento, também é importante o apoio ao governo Michel Temer na implementação das reformas necessárias para a retomada da economia.

Qual foi o seu maior aprendizado em seus últimos mandatos?

Viver é aprender - e a cada dia aprendemos novas lições. Talvez a mais importante tenha sido a de que não podemos descuidar na luta contra a burocracia e o intervencionismo, porque, diariamente, surgem novas medidas que dificultam a vida das empresas – seja por parte dos burocratas, do fisco, do legislativo e do executivo dos três níveis de governo e até do Judiciário, especialmente da Justiça do Trabalho, que tem um viés antiempresarial.

Qual deve ser o papel das entidades empresariais na sociedade?

As entidades empresariais têm o importante papel de defender os interesses dos empresários e demonstrar que o regime de economia de mercado é o que melhor promove aumento do bem-estar material da população. É o que mais se compatibiliza com o regime democrático e as liberdades individuais. Infelizmente, temos falhado nessa tarefa e assistimos à doutrinação contrária à livre iniciativa até nas escolas onde estudam nossos filhos e netos.

Como a Facesp contribui para o empreendedorismo em seu estado?

A Facesp congrega as 420 associações comerciais do estado para atuarem de forma unida, o que dá maior força à sua luta na defesa da livre iniciativa e dos interesses do estado. Além disso, busca desenvolver serviços que possam gerar receita para as entidades e contribuir para seu fortalecimento.

Como analisa as propostas de reforma da Previdência e a trabalhista do governo?

A reforma da Previdência é fundamental para o equilíbrio de médio e longo prazos das finanças da União e para assegurar que a geração que está ingressando no mercado de trabalho tenha sua aposentadoria garantida. Quanto à reforma trabalhista - que eu considero apenas a modernização de alguns pontos da CLT, mas que são fundamentais para flexibilizar as relações do trabalho -, acreditamos que sua aprovação contribuirá para reduzir o desemprego e aumentar a produtividade das empresas e da economia. Os empresários precisam defender com muito empenho a aprovação dessas reformas pelo Congresso, apesar da forte resistência de grupos contrários.

O que ainda falta para retomada da economia do país?

A recessão que o Brasil enfrentou foi muito profunda e de difícil superação pela desorganização total da economia provocada pela política econômica intervencionista do governo anterior. Notam-se alguns sinais de recuperação de alguns setores, mas ainda vai demorar um pouco mais para a retomada. O importante é que estamos na direção correta e acreditamos que até o final do ano tenhamos uma retomada lenta da economia, abrindo caminho para um crescimento, mesmo modesto, no ano que vem.

Foto: Divulgação

Empresas sérias buscam processos sérios para resolução de seus conflitos

Transparência deve ser **palavra de ordem nas gestões**

Empresas que adotam os métodos de governança, compliance e arbitragem garantem menor grau de instabilidade

Em tempos de crise moral e ética, a palavra transparência ganha cada vez mais destaque e passou a ser mais ouvida quando o tema é eficiência e gestão. Neste ambiente nebuloso, crescem os questionamentos sobre quais técnicas podem garantir a ampla visibilidade e a lisura das informações e decisões tomadas pelas lideranças públicas ou privadas. Tal segredo começou a ser desvendado quando os primeiros gestores passaram a agregar nas suas administrações métodos de governança, compliance e arbitragem para reduzirem a possibilidade de conflitos.

Ao associar os modernos conceitos, é possível olhar com mais nitidez e compreensão para as definições. Segundo o diretor do Institu-

to Brasileiro de Governança Corporativa Capítulo Sul, Leonardo Wengrover, é preciso ter uma distinção clara de poderes entre sócios, conselheiros de administração e executivos. Mas pondera que, para a engrenagem de uma empresa se movimentar, é necessário lembrar também de outras partes interessadas e que são importantes para as operações da empresa. "Neste ambiente, disputas são naturais e frequentemente resolvidas por negociação direta entre as partes", avaliou.

No entanto, se a negociação não for bem-sucedida e as disputas não forem adequadamente administradas, podem desencadear em conflitos que prejudiquem o desempenho e reduzam o valor da empresa. "É neste contexto que a arbitragem é uma alternativa de resolução de conflitos extrajudiciais", apontou Wengrover ao destacar que, por ser conduzida por árbitros especialistas, resulta em maior aderência das partes à sentença final.

O doutor em Direito Comercial André Estevez acredita que as empresas que adotam os métodos garantem menor grau de instabilidade. Ao considerar que a governança conduz para as boas práticas, ele sugere a elaboração de um material que defina uma conduta padrão também para a formação dos tribunais arbitrais. A intenção é garantir a autonomia, tanto do árbitro como das partes. "Assim, é possível evitar que o árbitro se coloque na condição de juiz, ao mesmo tempo é possível orientar e fortalecer a prática da arbitragem", acredita.

Empresas sérias buscam processos sérios para resolução de seus conflitos, destacou ainda Leonardo Wengrover. O professor da PUC/Campinas Thiago Rodovalho completou ao dizer que "o próximo desafio é a expansão e democratização dos métodos extrajudiciais". Ele lembrou ainda que foram duas décadas de trabalho para consolidar a arbitragem no Brasil. Ao desafiar a criação de regras de boas práticas para a ampliação das novas técnicas, o professor ressaltou que os interesses econômicos devem ser acompanhados pela ética.

Se a negociação não for bem-sucedida e as disputas não forem adequadamente administradas, elas podem desencadear em conflitos prejudiciais ao desempenho e ao valor da empresa

Lei não define com clareza a **terceirização da atividade-fim**

Aguardada pelo setor produtivo há mais de 30 anos, a terceirização sancionada pelo presidente da República deixou vários pontos passíveis de interpretações subjetivas

Sancionada pelo presidente Michel Temer em 31 de março, a lei que libera a terceirização para todas as atividades das empresas ainda precisa ser regulamentada. Há vários pontos a serem esclarecidos, sendo que o principal deles é justamente o alcance da nova regulamentação: se aplicável a todo e qualquer contrato de terceirização de mão de obra ou se aplicável apenas aos contratos temporários.

Para Maria Carolina Seifriz Lima, advogada associada trabalhista no escritório Andrade Maia Advogados, de Porto Alegre, o Projeto de Lei n° 4.302/1998 trará mais segurança na contratação, para todas as partes

Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

Texto aprovado pela Câmara deixou lacunas que seguirão sendo preenchidas pela jurisprudência

envolvidas, na medida em que traz requisitos formais para a sua validade, ainda que passíveis de crítica. "Não obstante, ainda há muitas lacunas que seguirão sendo preenchidas pela jurisprudência, o que acabará mantendo, em muitos aspectos, a subjetividade na legitimidade dessa forma de contratação, devendo as empresas estar atentas", observa Seifriz. "O fato é que sempre que estiverem presentes os requisitos próprios de uma relação de emprego, nos termos do art. 3º da CLT, em especial subordinação e pessoalidade, a terceirização será ilícita e será reconhecido o vínculo de emprego com todos os seus consectários legais", acrescenta.

Em artigo postado no site Consultor Jurídico, o professor universitário Gustavo Filipe Barbosa Garcia, livre docente da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que o PL n° 4.302/1998 não expressa autorização para a atividade-fim, o que torna possível apenas as atividades-meio da empresa tomadora.

RESTABELECE-SE A CONFIANÇA DO INVESTIDOR

Já o ex-ministro do Trabalho Almir Pazzianotto lembra que os debates em torno da terceirização se desenvolvem há mais de 30 anos e foram provocados pela Súmula nº 256, aprovada em 1986 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), com o propósito de erradicar, como se praga daninha fosse, o contrato de prestação de serviços do solo trabalhista. "O projeto sancionado pelo presidente Temer restabelece a confiança do investidor na economia brasileira", sustentou.

"A terceirização é um fator de geração de emprego. É uma oportunidade para o surgimento de muitas atividades para novos empreendedores que hoje são trabalhadores. O operário vira empresário", definiu o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

De acordo com pesquisa realizada pelo Sebrae, 41% dos donos de pequenos negócios acreditam que poderão aumentar o faturamento com o fornecimento de serviços terceirizados.

Diferenças entre os projetos de terceirização PL 4.330/2004 e o PL n° 4.302/1998

- Modalidade de responsabilidade da empresa tomadora de serviços (PL 4330 solidária x PL 4302 subsidiária)
- Possibilidade de retenção de parte da fatura para a garantia de direitos aos terceirizados não foi prevista no projeto aprovado
- Desnecessidade de comprovação de quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários pela prestadora no projeto aprovado
- Ausência de exigência de qualificação técnica da prestadora no projeto aprovado
- Desnecessidade de prestação de garantia pela contratada sob a forma de caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia, no projeto aprovado
- Garantia à irredutibilidade salarial, quando da alteração da empresa prestadora e manutenção do terceirizado, não prevista no projeto aprovado.

Foto: Agência Câmara

"Quem vai ganhar com a reforma tributária será o Brasil"

Relator na Comissão Especial da Câmara dos Deputados para a reforma tributária, o deputado Luiz Carlos Hauly, em entrevista à Empresa Brasil, adianta os principais pontos de sua proposta

Neste mês de maio, a proposta de reforma tributária será oficialmente apresentada na Câmara dos Deputados. A expectativa é de que o novo sistema tributário brasileiro entre em vigor a partir de 2018, segundo o relator na Comissão Especial para reforma tributária na Câmara, deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Em entrevista exclusiva à Empresa Brasil, o parlamentar adianta os principais pontos da reforma cuja meta é garantir um crescimento, continuado e sustentado, de 7% ao ano. Acompanhe a seguir:

Qual é o cronograma de votação da reforma?

Ainda estamos numa fase anterior ao cronograma de votação. Apresentei as linhas gerais do projeto na Comissão Especial – felizmente, tivemos um amplo apoio de parlamentares de diversas correntes –, temos um diálo-

go constante com membros destacados do governo – inclusive já conversei com o próprio presidente Temer -, além de uma ampla discussão com os mais diferentes segmentos da sociedade. Acredito que em maio a proposta será oficialmente apresentada na Câmara. E a nossa expectativa é de que a votação e aprovação da parte constitucional ocorram no 1º semestre, e as Leis Complementares no segundo semestre deste ano para que possa entrar em vigor a partir de 2018.

Será possível reduzir a carga tributária?

De nossa parte, não vamos fazer qualquer sinalização em apoio ao fatiamento. Nos últimos anos já foram feitos vários remendos e improvisos, e não deram em nada. A nossa proposta não é simplesmente de uma reforma tributária, mas sim de uma completa reengenharia, com o uso das mais modernas tecnologias e softwares para universalizar o uso da nota fiscal eletrônica e a cobrança no ato da compra. Vamos sair deste sistema caótico para um dos modelos mais modernos do mundo.

Quais os tributos que serão extintos? Quais serão unificados?

O meu projeto prevê a extinção de nove tributos federais -IPI, IOF, CSLL, CIDE, PIS, Pasep, Cofins e Salário-Educação-, do ICMS (estadual) e do ISS (municipal). Em troca, seriam criados outros dois: um IVA (Imposto de Valor Agregado) clássico e um seletivo monofásico de destino federal sobre energia elétrica, combustíveis líquidos e derivados, comunicação, minerais, transportes, cigarros, bebidas, veículos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, pneus e autopeças.

"Não existe possibilidade de a CPMF voltar"

Existe chance de a CPMF voltar?

Não, não existe a possibilidade de voltar a CPMF.

Como vai ficar a questão relativa à guerra fiscal? Como eliminar essa distorção constitucional?

A guerra fiscal é uma disputa fraticida na qual todos perdem, principalmente o Brasil. Pela minha proposta, que prevê a extinção do ICMS e outros impostos, essa disputa simplesmente deixará de existir. Todos os impostos serão substituídos pelo Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, e pelo Seletivo. Com o IVA, a arrecadação estadual passaria a fazer parte de um sistema nacional, com cobrança no destino, o que, automaticamente, vai acabar com a "guerra fiscal".

Como vai funcionar o IVA?

A seletividade e o IVA vão racionalizar e simplificar com extinção do ICMS, IPI, ISS, Cofins, Salário-Educação, e será criado no lugar dois impostos: um IVA clássico europeu e um seletivo monofásico de destino federal.

Como seria a arrecadação desses novos impostos? Vai unificar tantos tributos e tantos estados?

Teremos um sistema muito mais simples, muito mais

ágil, com base tecnológica e seria tudo cobrado eletronicamente no ato da transação na compra/venda da mercadoria/bem/serviço. Seria cobrado o IVA por uma Secretaria da Receita dos estados que seria criada e composta pela unificação dos 27 fiscos estaduais, mais os auditores do ISS e dos municípios que têm boas estruturas e arrecadação de ISS.

Historicamente, sempre foram os estados que mais pesaram contra as alterações no sistema. Como será desta vez?

Tanto a falta de clareza, quanto de segurança financeira, segurança jurídica para estados, municípios, e para a própria União, que sempre também teve muito medo da reforma, dessa vez não, nós estamos deixando bem claro que nos primeiros cinco anos não haverá ganhos, nem perdas. A partir do sexto ano ao décimo quinto ano haverá transição negociada para uma nova estrutura de partilha, mas desde já deixo claro que ela será mesmo na base que é feito hoje o fundo de participação dos estados e dos municípios, utilizando a

Foto: Agência Câmara

"Nos primeiros cinco anos, não haverá perdas nem ganhos para os estados e municípios"

própria estrutura que já tem hoje os estados no ICMS. Tudo será levado em consideração dentro desse processo de transição, inclusive a arrecadação federal.

Qual é a sua avaliação de apoio a essa reforma na base do governo? O senhor está otimista em relação a eventuais recuos na proposta?

Ela está sendo muito discutida nos últimos 30 anos, desde o começo da Constituinte 1988. Na época, eu era Secretário de Fazenda do Paraná, e desde 1991, há quase 27 anos, eu sou deputado federal, fui duas vezes Secretário de Fazenda, assim conheço bem a estrutura estadual, a municipal e da União. Dessa maneira, nossos colegas da Câmara, assim como nós fizemos na Lei do SuperSimples, a proposta passou por unanimidade na Câmara e no Senado e foi muito bem explicada e debatida. Dirimimos todas as dúvidas, todas as preocu-

pações, demos segurança jurídica e equilíbrio no texto. Estamos adotando o mesmo método, discutindo no país inteiro esta proposta para que todos tenham conhecimento e participem da decisão.

Quais são os benefícios previstos da reforma?

A meta é garantir um crescimento, continuado e sustentado, de 7% ao ano. Faço essa afirmação com a experiência de quem tem 26 anos de Câmara Federal, dois períodos à frente da Secretaria da Fazenda do Paraná, e também como relator que sou das proposições que criaram o Simples Nacional (que gerou R$ 543 bilhões de impostos desde sua criação em 2007) e o MEI – Microempreendedor Individual – atualmente, existem 6,7 milhões de MEIs e 4,7 milhões de MPEs. Esses números mostram que o Simples Nacional e o MEI revolucionaram os pequenos negócios no Brasil.

Esse atual manancial de impostos será reduzido para quantos tributos no máximo?

Vai diminuir bilhões de operações declaratórias, vai desburocratizar a proposta, vai simplificar, o recolhimento do tributo será garantido. Hoje, nós temos R$ 3 trilhões da União, estados e municípios de dívida ativa e R$ 2 trilhões de contencioso administrativo judicial de tributos, e temos R$ 500 bilhões de renúncia fiscal da União, estados e municípios, um custo enorme da burocracia e uma sonegação de mais de 20%. Então, a nossa proposta vai diminuir a sonegação, vai reduzir o contencioso tributário e fiscal em mais de 80%. A elisão praticamente vai zerar, a burocracia vai ser eliminada em 90%. Será uma proposta de ganha-ganha. As empresas vão ganhar porque elas poderão trabalhar com mais competitividade, com regras claras, os trabalhadores terão mais empregos, menos burocracia, e a União, estados e municípios terão garantido as suas receitas. Assim, com a simplificação do Sistema Tributário Nacional, serão extintos 10 tributos: CSLL - Lucro Real e Presumido, Salário-Educação, PIS, Cofins, Pasep, IPI, ISS, ICMS, Cide e IOF. O Brasil vai ganhar porque a economia vai crescer mais de 5, 6, 7% ao ano.

“A meta é garantir um crescimento sustentado de 7% ao ano”

Carga tributária mantém-se em **crescimento desde os anos 1990**

O contribuinte brasileiro trabalhou cinco meses, ou 149 dias, em 2016 só para pagar impostos

Apesar de pagar uma das maiores cargas tributárias do mundo, o brasileiro continua recebendo péssimos serviços públicos em retorno. Entre os 30 países com a maior carga tributária, o Brasil é o que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem-estar da sociedade. Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) aponta que o retorno recebido pelos brasileiros fica muito aquém dos altos tributos pagos. Ainda assim, o governo federal estuda aumentar os impostos para reduzir o rombo das contas públicas.

"O governo deveria se preocupar com o corte de alguns gastos que continuam excessivos no Brasil. Não é mais possível aumentar impostos para financiar más administrações do dinheiro público", alerta o presidente do IBPT, João Eloi Olenike.

Para o dirigente, os aumentos de tributos direcionados ao consumo vão na contramão do que é feito ao redor do

mundo e prejudicam a população mais pobre. "Infelizmente, a gula arrecadatória do governo atinge quem tem menor poder aquisitivo. Gostaríamos de ver o governo tributando mais a renda, o patrimônio e o lucro, no lugar de tributar cada vez mais o consumo. Essa é uma tributação agressiva e pune quem tem menos condições financeiras", critica Olenike.

Em estudo divulgado no ano passado, o IBPT mostrou que o contribuinte brasileiro trabalhou cinco meses, ou 149 dias, em 2016 só para pagar impostos exigidos pelos governos federal, estadual e municipal. Segundo o levantamento, o tempo que os brasileiros precisam trabalhar todos os anos para pagar impostos vem aumentando desde o início da década de 1990, quando o peso da carga tributária começou a ser estudado.

CARGA TEM CRESCIMENTO CONSTANTE

No governo de Fernando Collor de Mello, o brasileiro precisava trabalhar três meses para pagar seus impostos. Nas gestões de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o aumento continuou, alcançando quatro meses de trabalho para quitar os tributos. Nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, houve mais reajustes e o tempo de trabalho para pagar impostos chegou a cinco meses.

O Instituto comparou com outros países a carga tributária do Brasil com a taxa de retorno do poder público aos cidadãos. Em relação aos dados da carga tributária de 2013, o país é o 14º na lista dos que mais arrecadam impostos no mundo. No entanto, todos os que recolhem mais tributos são países desenvolvidos e com ótimas taxas de retorno para seus habitantes.

"Analisando a carga tributária dos 30 países que mais pagam impostos com o Índice de Desenvolvimento Humano, o Brasil permanece na última colocação. Se compararmos com outros países em desenvolvimento ou nossos vizinhos da América do Sul, podemos perceber que o brasileiro paga muito para ter pouco retorno", explica Olenike.

O pesquisador afirma que os brasileiros estão cada vez mais conscientes de que pagam altíssimos tributos, mas ainda não existe uma preocupação da sociedade civil em cobrar dos governantes uma mudança na forma de reajustes de impostos.

O Brasil, segundo dados de 2013, é o 14º na lista dos que mais arrecadam impostos no mundo. No entanto, todos os que recolhem mais tributos são países com ótimas taxas de retorno para seus habitantes

Foto: Arquivo CACB

Vice-presidente da Micro e Pequena Empresa da CACB, Luiz Carlos Furtado Neves, com ganhadores da última edição do Prêmio Empreender, em 2015

Prêmio Empreender reconhece **boas práticas em cinco estados**

Na edição 2017, o Prêmio quer dar visibilidade às melhores aplicações do Empreender no Brasil

O Prêmio será entregue no mês de outubro, em Foz do Iguaçu (PR), durante o Encontro do Empreender e o Congresso da CACB. Serão homenageados os três melhores núcleos setoriais e selecionados empresários, que serão premiados com recursos para converter em capacitações, consultorias e afins. Além disso, serão premiados os destaques de coordenação estadual, consultor e Associação Comercial.

O coordenador nacional do Empreender, Carlos Rezende, coordenador executivo da CACB, explica que os principais critérios a serem avaliados incluem os resultados dos projetos, o alinhamento das propostas, a atuação do núcleo, as atividades de acompanhamento, a gestão do programa e as sinergias com outros projetos da CACB, como, por exemplo, o AL-Invest 5.0, que tem o apoio da União Europeia: "Ao contrário das ante-

riores, nesta edição não será necessário formalizar inscrição para o Prêmio. Todos os núcleos participantes do Projeto Retomada do Empreender Nacional – Etapa I estão participando automaticamente". No total, estão envolvidas 56 Associações Comerciais e Empresariais, beneficiando empresas de núcleos setoriais em 5 estados: Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Conforme Renato Rossi, consultor sênior da CACB, os núcleos vencedores irão participar de uma missão a Brasília: "Os representantes visitarão a CACB, o Sebrae e outros órgãos. A ideia é dar oportunidade para os empresários conhecerem um pouco do dia a dia de Brasília. A agenda ainda está em aberto, mas a ideia é que seja bem abrangente e representativa no que se refere à rotina do empreendedorismo na capital federal".

PARTICIPANTES

O presidente da Facep (Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco), Jaime Espósito, diz que o Prêmio ajuda por estimular a continuidade do programa Empreender no estado e reconhece o empenho dos consultores e executivos das ACEs participantes: "Além disso, reafirma a escolha correta da Facep e dos municípios em participar de um projeto tão importante. Ser premiado revela que os objetivos foram alcançados e que estamos no caminho certo para dar continuidade ao trabalho com os núcleos. Estimula a manutenção do projeto e crescimento dos núcleos, além de provocar, cada vez mais, o envolvimento dos empresários no Empreender".

O coordenador do Empreender no estado, Walmam Bezerra, fala que a participação no Prêmio é um incentivo e aponta os projetos dos municípios de Arcoverde, Gravatá, Caruaru, Vitória de Santo Antão e Ribeirão como prováveis finalistas do Prêmio: "Além do bom trabalho desenvolvido nestes municípios, eles têm 'cases de sucesso' e atenderam às metas de formação dos 5 Núcleos Setoriais exigidos pelo programa, com bons planos de ações e atividades efetivamente realizadas".

Jovenil Vitt Lima, presidente da Microempa (Associação das Empresas de Pequeno Porte da Região Nordeste

Ao contrário das anteriores, nesta edição não será necessário formalizar inscrição para o Prêmio. Todos os núcleos participantes do Projeto Retomada do Empreender Nacional – Etapa I estão automaticamente incluídos

Foto: Arquivo CACB

Finalistas do Prêmio Empreender 2007, realizado em Florianópolis, durante o 4º Encontro Nacional do Empreender

do Rio Grande do Sul), responsável pelo Empreender no estado, acredita que o Prêmio fortalece e aproxima as entidades envolvidas com o Empreender e serve como impulso aos empresários no desenvolvimento das regiões abrangidas pelo projeto. "Incentiva os empresários e dá a oportunidade de contarem com recursos que podem ser convertidos em capacitações e consultorias, que tornam os segmentos de atuação mais fortes."

De acordo com ele, o Prêmio atua como modulador das boas práticas empresariais: "Com o Empreender, a união motiva para a ação. Ser premiado é um reconhecimento de um trabalho comprometido com o segmento e a comunidade. Para os empresários, traz alento para enfrentar os desafios com mais disposição e energia, investir na mudança e no aperfeiçoamento da gestão e dos negócios. Ao conquistar um prêmio, a dedicação se transforma em motivo na busca de alternativas viáveis e sustentáveis para os negócios que possam ser convertidas em resultados aos integrantes do núcleo, o que fortalece a rede conectada com os mesmos propósitos".

Já Emilio Parolini, presidente da Federaminas (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais), analisa a retomada do programa Empreender no estado mineiro como um forte elo no processo de implementação e consolidação do pensamento associati-

vista nos empresários locais: "Levando em consideração o crescimento e fortalecimento dos setores participantes dos núcleos setoriais por meio do programa, é satisfatório saber que estamos no caminho certo para atender às demandas do empresário mineiro, ajudando com as soluções cabíveis em prol do desenvolvimento econômico local e, consequentemente, do estado".

Ele vê o Prêmio como uma grande oportunidade: "É uma chance de atestarmos o potencial de produtividade do programa em nosso estado com o reconhecimento das ações realizadas nos núcleos setoriais pelas associações comerciais e consultores, em parceria com a Federaminas, além de ser um fator motivacional para as associações comerciais e empresários iniciantes no processo de introdução do Empreender, elevando a competitividade e incentivando a busca de novos mercados e tecnologias", define.

Para o vice-presidente da Micro e Pequena Empresa da CACB, Luiz Carlos Furtado Neves, o Empreender está consolidado e tem muita credibilidade: "Seus resultados têm mais de 20 anos de história de sucesso. Por isso, lutamos pela continuidade do programa em todas as regiões do país: um novo desafio para os empresários, para as Associações e para o Sebrae, que acompanha sua execução e nos apoia financeiramente".

Sobre o Prêmio 2017, o vice-presidente garante: "Premiar é uma maneira de reconhecer o trabalho e a dedicação de todos os envolvidos no processo. É uma disputa valorizada por todos os nucleados, consultores e associações. O empresário nucleado, através das metodologias e na troca de experiências aplicada em sua empresa, tem a oportunidade de, com muita transparência, aprender com a vivência de cada um. Este é o grande resultado".

"O Empreender é o programa mais importante da CACB e abrange praticamente todo o país, atingindo diretamente as micro e pequenas empresas, com o objetivo de termos um novo empresário: atuante e inserido no mercado local, nacional e até internacional. Isso precisa ser reconhecido e valorizado", conclui o presidente da CACB, George Pinheiro.

O Prêmio incentiva os empresários e dá a oportunidade de contarem com recursos que podem ser convertidos em capacitações e consultorias, que tornam os segmentos de atuação mais fortes

Profissionais sêniores da ECTI ajudam empresários a melhorar seus negócios de forma voluntária

Grupo francês oferece apoio de especialistas voluntários a **microempresários**

Empresas brasileiras podem contar com ajuda estrangeira para melhorar seu negócio

Criada há mais de 4 décadas e presente em 50 países, a ECTI é uma entidade europeia formada por mais de 2.200 consultores voluntários sêniores, que realizam ações de cooperação em mais de 3.500 especialidades. No Brasil, já foram oferecidas consultorias gratuitas em diversos segmentos, com destaque para panificação, beleza e gastronomia.

Reconhecida internacionalmente como de utilidade pública, contribui para o desenvolvimento econômico e social dos países, por meio

do apoio às micro e pequenas empresas e associações.

Os voluntários são ex-executivos do setor público ou privado, empresários, técnicos e especialistas experientes, que oferecem, sem custo, seus conhecimentos em diferentes áreas de competência – como gestão, finanças e comunicação, por exemplo.

Segundo Bruno d'Humières, um dos responsáveis pela ECTI Brasil - Grupo América Latina, a experiência dos consultores sêniores da ECTI pode contribuir para o desenvolvimento das empresas brasileiras: "Através de uma cooperação de mais de 12 anos com o Senai e a participação nos programas AL-Invest 3 e 4, a ECTI tem uma experiência confirmada para proporcionar assistência técnica às micro, pequenas e médias empresas e facilitar relações com empresas europeias, a fim de comprar ou vender bens ou serviços, ou para encontrar o parceiro certo".

Yann Burnel, também representante da ECTI na América Latina, destaca que as consultorias podem promover grandes trocas de experiência: "Uma combinação de workshops para núcleos e visitas individuais às empresas pelos nossos especialistas provou ser uma maneira eficaz de transferência".

COMO CONTRATAR UM CONSULTOR VOLUNTÁRIO

Caso uma empresa brasileira se interesse pela consultoria da ECTI, a organização requerente – Associação Comercial ou Federação, por exemplo – deve transmitir para a ECTI um Pedido de Missão, o qual está à disposição no site www.ecti.org, detalhando o perfil do perito desejado, e assinar um convênio definindo as condições gerais de realização da missão e sua duração. A empresa arca com os gastos de viagem e despesas profissionais locais. O perito não recebe nenhum tipo de remuneração.

AL-INVEST 5.0

Uma forma de garantir que as entidades e as empresas dos núcleos setoriais do Empreender participem está no financiamento oferecido por meio do programa AL-Invest 5.0, com o apoio da CACB. Confira como receber esse recurso no site www.empreender.org.br.

"Uma combinação de workshops para núcleos e visitas individuais às empresas pelos nossos especialistas provou ser uma maneira eficaz de transferência", diz Yann Burnel, representante da ECTI na América Latina

Uma ideia maluca

O nome original do livro é *Shoe Dog*, uma expressão em inglês que poderia ser traduzida como Nunca cessar de andar, exatamente o que seu autor pretendeu ensinar aos empreendedores. Seu nome é Philip Hampson Knight (1938), ou simplesmente Phil Knight, o dono da Nike, que, segundo a Forbes, detém uma fortuna de US$ 24 bilhões.

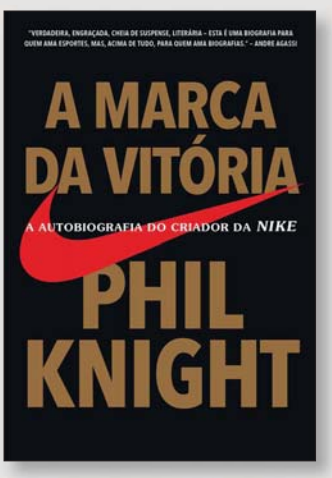
Em sua autobiografia recentemente lançada no Brasil, um dos livros recomendados por Bill Gates, ele faz um histórico de como tornou a sua empresa líder mundial da indústria de material esportivo, que, em 2020, deve alcançar um faturamento de US$ 50 bilhões.

Há alguns anos, desde que nomeou Mark Parker como CEO da Nike, Knight está mais interessado em escrever e em sua produtora de filmes animados, chamada Laika. O interesse em filmes surgiu da carreira escolhida pelo seu filho Travis, que trabalhava no local quando o estúdio quase faliu, em 2001, e foi salvo por Knight que o comprou. Phil Knight atribui a existência da Nike a uma "ideia maluca" que veio à sua mente, quando estava na Stanford University da Califórnia, durante um seminário sobre empreendedorismo.

"Eu era apaixonado pelo mundo dos negócios, sabia que as câmeras dos japoneses revolucionaram o mercado de fotos até então dominado pelos alemães. E, em um trabalho de pesquisa, havia dito que os tênis de corrida japoneses poderiam fazer o mesmo ", diz ele.

Knight, que tinha sido corredor de elite, estava convencido de que sua "ideia maluca" possuía um enorme potencial comercial. Aos 24 anos, depois de conseguir dinheiro emprestado de seu pai – um advogado que se tornara jornalista com a compra de um jornal –, ele começou uma turnê mundial que o levou para o Japão para encontrar o parceiro certo. E sem aquele país, Japão, o grupo Nike, que era chamado Blue Ribbon, certamente não existiria.

Aos 24 anos, depois de conseguir dinheiro emprestado de seu pai, ele começou uma turnê mundial que o levou para o Japão para encontrar o parceiro certo



A MARCA DA VITÓRIA
Autor: Phil Knight
Páginas: 384
Formato: 16cm x 23cm
Editora: Sextante
Preço: R$ 49,90

Cinco erros comuns na gestão de TI

Marco Américo*

De acordo com um estudo da PwC sobre digitalização como vantagem competitiva, realizado no início de 2016, somente 9% da indústria de manufatura brasileira é digitalizada, enquanto a média global é de 30%. Para alcançar os benefícios da transformação digital, além de se fazer um investimento financeiro, é necessário considerar o desenvolvimento de novas competências e de uma cultura digital nas organizações.

Sabemos que o processo de transformação digital é um caminho sem retorno, mas, para ser efetivo, precisa evitar alguns erros comuns, como a falta de planejamento, a falta de segurança da informação, o baixo investimento em infraestrutura, ignorar a possibilidade de realizar tarefas a distância e querer economizar em tudo.

Falta de planejamento. Não ter um planejamento significa gastar sem controle e sem estratégia de como será feita a adaptação da empresa para as novas tecnologias. Para evitar gastos desnecessários, pesquise, consulte quem trabalha na mesma área de atuação e teste ferramentas antes de comprar e colocar em prática.

Falta de segurança da informação. Dados sigilosos precisam ter placas robustas, estar bem armazenados, protegidos por criptografia, com antivírus atualizados e firewalls eficientes, ter seu acesso limitado e senhas individuais complexas. É preciso, ainda, ter uma política clara para uso da internet, fazer back-up dos dados existentes e ter um plano de contingência para não perder informações relevantes do negócio, uma vez que elas compõem a base para a elaboração de estratégias.

Para evitar gastos desnecessários, pesquise, consulte quem trabalha na mesma área de atuação e teste ferramentas antes de comprar e colocar em prática

Baixo investimento em infraestrutura. Em vez de investir tempo e dinheiro em deslocamentos, para entrar em contato com os parceiros ou ter resultados demorados ao tentar fechar contratos, deve-se considerar a adoção de tecnologias seguras e voltadas para a realização de negócios a distância e online.

Ignorar a possibilidade de executar tarefas a distância. A assinatura eletrônica pode agilizar a finalização de contratos, garantindo sua integridade, autenticidade e validade jurídica.

Uma empresa que conhece bem seu escopo de atuação, sua missão, visão, valores e ambiente organizacional está dotada, portanto, das informações necessárias para gerir os projetos e fazer a escolha certa entre as melhores ferramentas disponíveis, fazendo uso de um bom planejamento, capacitando seus funcionários e desenvolvendo uma cultura digital efetiva.

**Vice-presidente de Operações para a América Latina da empresa DocYouSign*

CERTIFICADO DE ORIGEM CACB

Caminho livre para a sua exportação

Certificado de Origem é um documento a ser providenciado pelo exportador junto às entidades filiadas à CACB, que comprova a origem da mercadoria a ser exportada e permite isenção ou redução do imposto de importação.

O sistema de emissão de Certificados de Origem da CACB proporciona uma forma rápida, prática e segura para a emissão de Certificados de Origem. A CACB tem como objetivo facilitar o dia-a-dia das empresas exportadoras brasileiras, oferecendo uma plataforma na qual os Certificados de Origem são emitidos via sistema online, garantindo agilidade, segurança e redução de custos operacionais.

AGILIDADE

SEGURANÇA

www.cacb.org.br/**certificadodeorigem**

Contato via e-mail: **eco@cacb.org.br**

CACB PROGERECS